

CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2024**PROCESSO ADMINISTRATIVO E-DOC Nº 21137/2024****INTERESSADO:** GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO ELETROMECÂNICA
DIRETORIA OPERAÇÕES E MANUTENÇÃO**NOTA TÉCNICA**

1. Trata-se de solicitação de licitação por dispensa de valor, encaminhada pela Gerência de Compras e Almoxarifado a pedido da área demandante GMEL/DOM, por meio de **dispensa de eletrônica**, cujo é objeto é **AQUISIÇÃO DE ANALISADOR DE QUALIDADE DE ENERGIA TRIFÁSICO, PARA SEREM UTILIZADOS EM ESTUDOS DE PERTURBAÇÕES NA REDE ELÉTRICA QUE POSSAM ESTA IMPACTANDO NO FUNCIONAMENTO DOS CONJUNTOS MOTOBOMBA DAS ESTAÇÕES DE BOMBEAMENTO DE ÁGUA E DEMAIS UNIDADES DA COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE – DESO.**

2. Apresenta a seguinte justificativa para a contratação pleiteada, conforme consta nos termos do item 2.1 do Termo de Referência:

O analisador de energia será utilizado para monitoramento dos valores de tensão e corrente nas unidades operacionais da DESO, estudo de perturbações na rede elétrica que possam estar impactando no funcionamento dos conjuntos motobomba das estações de bombeamento de água e demais unidades e elaboração de relatórios que embasem ações de melhoria no fornecimento de energia elétrica.

Tendo em vista a grande diversidade de equipamentos e instalações operadas pela DESO, o analisador de energia se faz necessário para avaliar a qualidade no fornecimento de energia por parte da concessionária de energia elétrica local, e possibilitar contestações junto as distribuidoras sobre os níveis de tensão fornecidos nas diversas unidades da DESO distribuídas por todo estado, em especial nas zonas rurais, mais suscetíveis a perturbações nos sistemas de distribuição de energia.

Este monitoramento tem por objetivo aumentar a confiabilidade nos sistemas de distribuição de água, identificando de forma mais rápida e precisa falhas relacionadas aos sistemas de energia elétrica que estejam impactando o fornecimento de água a população.

3. Impende ressaltar que a dispensa fora realizada nos moldes eletrônicos, em conformidade com os Decretos Estaduais nº 26.531, de 14/10/2009 e 26.533, de 15/10/2009, 24.480/2007.

4. Em bom tempo, deve-se salientar que a nota técnica sobre a questão, tem como base os documentos anexados ao presente processo, incumbindo a este Setor prestar consultoria sob o âmbito jurídico, não lhe competindo adentrar no mérito da conveniência e discricionariedade dos atos praticados, nem analisar os aspectos de natureza eminentemente técnico.

5. Assim, na relação custo-benefício em contratar diretamente empresa o art. 120, incisos I e II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC) combinado com o art. 29, inciso II da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016, dispensa a licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos da Administração com o procedimento licitatório. De maneira que, a realização de procedimento licitatório implica em gastos excessivos, os quais não justificam economicamente a licitação.

6. A legitimidade da dispensa licitatória ampara-se no descabimento de a Administração ter um custo processual superior ao dispêndio para a contratação do objeto pretendido. O procedimento licitatório, independentemente da modalidade utilizada, compreende diversos custos, tanto os referentes ao labor administrativo (custos fixos com salários, equipamentos, energia e diversos insumos) quanto os decorrentes da publicidade dos atos da licitação. Logo, em atendimento ao princípio da economicidade, nada mais correto do que a Administração contratar diretamente, dispensando o pesado e caro procedimento licitatório, quando o objeto pretendido for de baixo valor monetário. Como observa Benedicto de Tolosa, os eventuais benefícios da feitura da licitação que pouca atração exerceria sobre eventuais fornecedores, por certo, sucumbiriam ante os custos processuais, tornando a contratação antieconômica.

7. Quanto ao fracionamento de despesa, sabe-se que o elemento de despesa não pode ser utilizado como único meio a caracterizar a natureza de bens e serviços. Isso porque, a classificação orçamentária da despesa é critério demasiadamente amplo, que poderia levar à conjugação de despesas que são incompatíveis mas podem se inserir em um mesmo elemento. É o que ocorre, por exemplo, com os gastos com conserto de um fax e de uma turbina de avião que, apesar de completamente distintos, se insere no mesmo elemento "consertos". Sendo assim, uma das "ferramentas" capaz de guiar a caracterização da natureza dos bens refere-se às semelhanças que estes guardam entre si, sobretudo à vista do modo de atuação de mercado de cada um dos objetos. Nesse sentido, importante trazer ao texto as noções de "gênero" e "espécie". Como exemplo, citam-se os materiais de limpeza. Sabão em pó, detergente de louças, desinfetante e limpa vidros são todos bens diferentes entre si, ou seja, são espécies distintas. Todavia, pertencem ao mesmo gênero (materiais de limpeza), que são comercializados pelo mesmo segmento de mercado. Vale dizer, tais bens, ainda que distintos, deverão ser caracterizados como de mesma natureza, pois guardam semelhanças entre si. Logo, são bens de mesma natureza e, como tal, devem ser considerados conjuntamente para fins de evitar o fracionamento de despesa.

8. Para que seja possível promover a dispensa em razão do valor, é preciso que a soma-tória dos valores, previsíveis, a serem despendidos ao longo do exercício financeiro com objetos de mesma natureza não ultrapasse o limite legal. Apesar de não existir uma definição legal para o que seriam "*bens e serviços de mesma natureza*", no entendimento da Zênite, o "elemento de despesa" não pode ser o único balizador dessa análise. Na realidade, deve-se entender aqueles que, por suas semelhanças, podem ser agrupados em um mesmo "*gênero*". Essa análise também deve ser iluminada pelo ramo/segmento dos particulares que fornecem as soluções no mercado.

9. No caso subexame trata-se de **AQUISIÇÃO DE ANALISADOR DE QUALIDADE DE ENERGIA TRIFÁSICO** que não pode significar fracionamento de despesas para o mesmo exercício financeiro.

10. Por fim, com a vigência da Lei nº 13.303/2016, e do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios(RILC) os limites para dispensa em razão do valor serão outros:

"Art. 29. É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;" (Destacamos.)

11. Válidos, a propósito, os comentários feitos por Edgar Guimarães e José Anacleto Abduch Santos acerca da dispensa pelo valor no regime jurídico das estatais (Lei 13.303/2016),²² que guarda compatibilidade com a questão ora examinada:

"Logo, para o fim de identificar o cabimento ou não da dispensa em razão do valor, as empresas estatais devem considerar o total do gasto provocado pelo objeto a ser contratado. Consequentemente, se houver uma demanda que lhes sujeita à necessidade de adquirir 100 mesas a um custo estimado de R\$ 200.000,00, não poderão dividir o objeto em 10 parcelas de 10 unidades cada qual e contratar todas elas com dispensa de licitação, porque, ainda que o valor de cada uma dessas parcelas, considerado individualmente, fique dentro do limite do artigo 28, inciso II, o somatório extrapola.

12. É importante salientarmos que a vedação legal fica circunscrita ao fracionamento indevido de despesa, isto é, ao fato de não se considerar o encargo financeiro gerado pela contratação da totalidade do objeto para fins da definição do dever de licitar ou do cabi-

mento da dispensa em razão do valor. Logo, não significa a impossibilidade de parcelar o objeto das contratações. Inclusive, sempre que a divisão do objeto representar vantagem, ela poderá (e, em alguns casos, deverá) ser realizada. E mais: a dispensa em razão do valor será cabível se, retomando o exemplo citado, as 10 parcelas, consideradas conjuntamente, traduzirem um custo inferior aos limites estabelecidos nas disposições legais em exame (R\$100.000,00 ou R\$50.000,00, conforme o caso), variando de acordo com a natureza da contratação.

13. É nítido, assim, que a verificação do cabimento da dispensa em razão do valor não permite que o gestor público considere as despesas contratuais de modo aleatório e individual, ou seja, como se cada contrato fosse próprio e independente. Ao contrário, a questão está diretamente ligada ao dever de planejamento que incide sobre toda a Administração Pública.

14. O planejamento, em síntese, constitui a atividade estratégica dirigida a permitir a execução eficiente da ação pública, ou seja, possibilitar a aplicação da melhor alternativa existente para a satisfação da necessidade com o menor dispêndio burocrático (tempo, recursos humanos, entre outros) e financeiro.

15. Daí porque as estatais devem, ao identificar a necessidade de uma contratação, avaliar o contexto da sua totalidade. Em outros termos, é preciso constatar qual a real demanda e se apenas uma contratação será suficiente para satisfazê-la.

16. Nas dispensas de licitação, a Administração deve justificar o preço, formalidade indispensável que deve presidir os procedimentos discricionários. No caso em questão, a unidade solicitante apresentou planilha de preços, fls.26/28, preço referencial e pretende contratar a empresa que oferecer o menor preço em sessão de disputa de lances, check list, fls.08/11, termo de referência fls.12/25.

17. Em disputa de preço a empresa consagrou-se com o menor preço a empresa **VG COMÉRCIO LTDA**, inscrita no CNPJ com o nº 54.408.078/0001-79, com proposta no valor global de **R\$ 23.825,48 (vinte e três mil e oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta e três centavos)**. Foi observado, inclusive a LC147/2014 com suas alterações quanto a exclusividade de contratação para ME/EPP, conforme demonstrado no cartão de CNPJ em anexo.

18. O prazo contratual será de **45 (quarenta e cinco) dias** e prazo de entrega do material em **30 (trinta) dias contados a partir de cada solicitação da DESO, sem formalização contratual**, com Recursos Próprios Recursos da DESO - Fonte 10.

19. Ao processo administrativo foram anexadas certidões demonstrando a Regularidade Fiscal (INSS e Tributos Federais, FGTS, Fazenda Municipal e Estadual) às fls. 37/41, e de Regularidades Trabalhistas da proponente às fls. 40, além da qualificação técnica exigida no item 11 do Termo de Referência às fls. 68, assim como aprovação da unidade solicitante GMEL (fls. 77).

II – CONCLUSÃO

20. Pelo exposto, a Nota Técnica tem função apenas opinativa desta Câmara Técnica de Licitações e Contratos, parte integrante da Superintendência Jurídica da DESO, opinamos pelo atendimento dos requisitos legais do processo **Dispensa de Licitação nº 056/2024, DV1370/2024**, desde que não signifique fracionamento de despesa.

Aracaju/SE, 04 de novembro de 2024.


VINÍCIUS ARAGÃO SANTIAGO COSTA
ADVOGADO/DESO – OAB/SE 4.876
Câmara Técnica de Licitações e Contratos
Superintendência Jurídica da DESO
1.1.00.00/SJUR
VINICIUS ARAGAO SANTIAGO COSTA:01399465511 Assinado de forma digital por VINICIUS ARAGAO SANTIAGO COSTA:01399465511

APROVO a presente Nota Técnica referente a **Dispensa de Licitação nº 056/2024. André Luís Pereira Oliveira**. Superintendente Jurídico da DESO.

RATIFICO a presente Nota Técnica e **HOMOLOGO** a **Dispensa de Licitação nº 056/2024** (Processo Administrativo E-Doc nº 21137/2024). **Luciano Gois Paul**. Diretor-Presidente da DESO.